

Regimentos travam atividade do Congresso

A estrutura política e administrativa do Congresso, que data da década de 60, desmotiva qualquer parlamentar a cumprir sua principal função: ir ao plenário e votar. Um dos principais vícios é o próprio processo de votação. Apesar de possuir um painel eletrônico que permite a contagem dos presentes no máximo em 10 minutos, os pedidos de verificação de quórum só podem ser feitos de hora em hora.

A regra dá aos líderes dos maiores partidos — o PMDB e o PFL — todo o poder. Isto é, constatado que há quórum para a votação, eles passam a hora seguinte aprovando matérias em nome de suas bancadas, mesmo que os parlamentares não estejam mais no plenário. Até o presidente da Mesa já está habituado: põe a matéria em votação e olha para os líderes dos dois partidos. Se não houver manifestação, o projeto está aprovado.

“O parlamentar parece um bobo assistindo aos acordos das lideranças”, diz um deputado que repudia essa praxe. “O quórum para votações deve ser reduzido”, propõe o petista José Genoíno, referindo-se à exigência regimental de maioria absoluta — metade mais um ou 252 deputados na próxima legislatura. “Eu que estou aqui todo dia não posso pagar pelos que não vêm”, ele acrescenta. Isto é, se o quó-

rum baixar e os pedidos de verificação de presença ocorrerem em intervalos menores, as votações necessariamente ocorrerão.

A armadilha regimental não é a única mazela do Congresso. Investido de poderes que a Constituição lhe concedeu, ele não exerce o novo papel: as Comissões temáticas (17 na Câmara e 6 no Senado) têm poder terminativo, isto é, têm poderes para aprovar projetos sem precisar remetê-los ao plenário, a menos que membros da comissão recorram nesse sentido. Como é grande o número de comissões, os parlamentares que trabalham acabam se envolvendo em mais de uma delas e vêm-se no aperto quando as reuniões são simultâneas.

Enquanto isso, a Câmara, por exemplo, mantém secretarias ocupadas por parlamentares para administrar cerca de 450 apartamentos funcionais destinados aos deputados e outra preocupada com a concessão de 18 mil passagens aéreas anuais a que os parlamentares têm direito. O Congresso mantém 120 assessores para 81 senadores e 50 para 503 deputados. “Mas o assessor só trabalha se quiser”, afirma um deles, ao lembrar que cada um ganha Cr\$ 510 mil mensais.